



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 21/07/2016

# Transporte clandestino gera prejuízo de 45% a Coopertalse

## Relatório da empresa será encaminhado ao MP e órgãos de fiscalização

Greycy Andrade  
DA EQUIPE JC

Jadilson Simões

A Cooperativa de Transporte Alternativo de Sergipe (Coopertalse) elaborou um relatório sobre o transporte clandestino de Sergipe. O relatório será enviado ao Ministério Público de Sergipe e aos órgãos de fiscalização para que tomem algum tipo de providência. Segundo a cooperativa, o prejuízo mensal da empresa por conta dos clandestinos que atuam nos 75 municípios sergipanos chega a 45%. Inclusive, a cooperativa não descarta uma paralisação caso o assunto não receba a atenção necessária do Governo do Estado.

De acordo com Adriano Cabral, diretor de transporte da Coopertalse, hoje a cooperativa vive uma concorrência desleal. Enquanto eles pagam impostos, os clandestinos atuam ilegalmente, não pagam nada, e ainda colocam em risco a vida dos usuários. O relatório preparado pela empresa contém os trechos, rodovias e até fotos dos veículos irregulares que atuam nos municípios.

“Provocamos o MP através da promotora Euza Missano, onde, através desse relatório, mostramos a situação do transporte clandestino no Estado. É desleal a cooperativa investir em funcionários, pagar os encargos, pagar veículos novos,



ADRIANO Cabral, diretor de transporte da Coopertalse, afirma que concorrência com clandestinos é desleal

investir na nossa política social, evitar acidentes, enquanto por falta de fiscalização o transporte irregular atua normalmente. A cooperativa já cobrou a resolução ao Governo do Estado, só que não obtivemos resposta e agora estamos pedindo apoio do MP”, disse.

Cabral diz que está pedindo essa ajuda ao MP pois é um pedido também dos associados, pois todo dia chegam reclamações de que perderam passageiros por conta do transporte

clandestino. “São veículos que saem do interior sem nenhuma regularização. O carro não tem autorização do município para transitar fora dele, o veículo não tem seguro, não tem seguro para terceiros, ou seja, a própria população está refém dos clandestinos. Se houver um acidente, os passageiros estão todos descobertos. É uma situação muito grave, o MP já está averiguando a situação”.

Adriano Cabral reforça que os cooperados pedem que os

municípios e o Estado façam uma força-tarefa para coibir essa irregularidade. “A Coopertalse pode até parar sua frota por conta disso. A gente cobre os 75 municípios, essa concorrência desleal não tem mais como suportar, a gente só quer o correto, que todos trabalhem legalmente, que haja fiscalização. Há trechos que o cooperado não consegue trocar o veículo por conta da concorrência desleal. Quem procura o MP não quer andar errado”.